

COREIA DO NORTE E ESTADOS UNIDOS: PERSPECTIVAS SOBRE UMA GUERRA NUCLEAR¹

Flávia Marize Vigneski Basso²

Resumo

O presente artigo busca traçar uma expectativa em relação a possível existência ou não de uma guerra nuclear entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos à luz da teoria realista do campo das Relações Internacionais, em especial se tratando do conceito de dissuasão, e do modelo de Nuno Monteiro e Alexandre Debs sobre a proliferação nuclear. Para tanto, foi realizada a aplicação do estudo teórico e bibliográfico no caso estudado como metodologia para alcançar o objetivo proposto. O artigo é organizado de forma a introduzir o tema e sua importância para o campo, apresentar os fatos históricos importantes para o cenário até o ano de 2017, expor as principais contribuições acadêmicas referentes aos conceitos citados e, por fim, analisar quais são as motivações para o programa nuclear norte-coreano, e elaborar uma perspectiva para o futuro, considerando se, segundo o que foi estudado, haverá uma guerra nuclear ou não.

Palavras-chave: Dissuasão. Nuclear. Estados Unidos. Coreia do Norte.

Abstract

This article aims to set an expectation related to the possibility of the existence, or not, of a nuclear war between North Korea and the United States in light of the realist theory in the International Relations field of study, especially regarding the concept of deterrence, and Nuno Monteiro and Alexandre Debs' model on nuclear proliferation. For such, it was performed an application of the theoretical and bibliographical study onto the also studied case, as methodology to reach the proposed objective. The article is organized in order to introduce the theme and its importance to the field, to present the historical facts that are important to the concerning scenery until the year of 2017, to expose the main academic

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes.

² Discente de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

contributions referring to the cited concepts and, finally, to analyse what are the north korean motivations to its nuclear program, and elaborate a perspective to the future, considering if, according to what has been studied, there will occur a nuclear war or not.

Keywords: Deterrence. Nuclear. United States. North Korea.

Introdução

O tema de segurança sempre foi de grande relevância para os atores internacionais. Isso porque, essencialmente, a sobrevivência é o fator mais importante para os Estados e, obviamente, a forma de garantir-la é investir em segurança e pensamento estratégico. Deste modo, este tema é um dos principais pilares, se não o principal, do estudo das Relações Internacionais.

É muito recorrente, no mundo acadêmico, a tentativa de entender as razões que levam os países à crises e conseqüentes guerras, além das formas de contingência e prevenção, a partir da investigação sobre os incentivos e interesses dos atores quando inseridos nestes cenários.

As conclusões alcançadas por estes estudos não são unânimes ou consensuais, entretanto, dentro da teoria realista de Relações Internacionais — a qual será adotada no presente artigo — existem semelhanças nas publicações referentes ao conceito de dissuasão, que formam a base desta corrente.

Mais especificamente, é largamente questionado se as guerras podem ser evitadas através da dissuasão, ou quais são as condições para que esse fenômeno tenha sucesso ou não ao evitar conflitos. Existe uma grande diversidade de pesquisas dentro deste tema, tanto referentes à dissuasão convencional quanto à nuclear (HUTH, 1999). Aqui será dada ênfase ao conceito de dissuasão nuclear.

Para entender este fenômeno, serão exploradas suas classificações, características, lógica de atuação, efeitos esperados. Além disso, é feito o questionamento quanto às possibilidades de eclosão de guerra quando adicionado o fator nuclear na equação, e as expectativas da literatura concernentes às características e à dimensão de tal guerra, caso ocorra.

Se tratando de elementos nucleares, percebe-se no mundo atual que a proliferação se dá mais de forma vertical do que horizontal. Ou seja, a tendência de que quem detém

armamentos nucleares invista em aumentar seu arsenal é maior do que a tendência de que países convencionais façam o mesmo (WALTZ, 1981).

Se faz relevante, então, investigar os incentivos, razões, e ameaças à segurança que levam os países a investirem em proliferação nuclear, sendo necessário entender, portanto, os benefícios que esta pode trazer para os atores, além de suas consequências. Ademais, segundo Monteiro & Debs (2014), este estudo é importante, principalmente, para auxiliar na elaboração de estratégias e políticas de contra proliferação norte-americanas.

Este arcabouço teórico será utilizado para fundamentar a análise proposta sobre as tensões existentes entre dois países detentores de armamentos nucleares, que se antagonizam em regime de governo e interesses no Sistema Internacional: Coreia do Norte e Estados Unidos.

O tema é significativo e deve ser estudado, já que se trata de uma crise recente que tem implicações no mundo e nas relações internacionais do presente e futuro. Se trata de um cenário constituído por frequentes e sérias ameaças de teor nuclear, que preocupam o Sistema Internacional como um todo, já que pode ter consequências desmedidas.

Com o objetivo de esclarecer os fatos que resultaram em tamanha preocupação e significância, será realizado uma revisão histórica abordando os principais acontecimentos que marcaram as relações entre os dois países, se tratando principalmente do comportamento norte-coreano concernentes ao seu programa nuclear e sua postura para com os outros atores, bem como as respostas norte-americanas para tais, passando pelas tentativas de negociações e as conquistas alcançadas segundo os interesses de cada um.

Considerando todos os fatores e pontos supracitados, o objetivo deste artigo traduz-se em entender as tendências que a relação norte-coreana e norte-americana seguem, a fim de propor o desfecho mais provável, a partir da literatura tocante aos aspectos mais influentes no caso. Ao realizar este estudo e elaborar tal perspectiva, contribui-se para o entendimento do mundo e Sistema Internacional no qual estamos inseridos, amenizando a incerteza em relação ao futuro.

Para tal, o artigo será organizado de forma a trazer, como já justificado, à princípio, uma elucidação histórica com recorte temporal entre os anos de 1992 e 2017, sendo complementado pela revisão bibliográfica. Somadas, essas seções serão tomadas como base para a subsequente análise elaborada com o objetivo de conceber a perspectiva do que esperar da crise na qual os dois países abordados se encontram, que é a intenção cardinal do trabalho.

Estudo histórico das relações Coreia do Norte e Estados Unidos (até 2017)

Há muitos anos os Estados Unidos e a Coreia do Norte se encontram em uma relação tensa e em desacordo, sendo que o governo norte-americano vem empregando grandes esforços para convencer a Coreia do Norte a dar um fim em seu programa de desenvolvimento nuclear, como sanções e controle de exportações.

Desde 1992 as Coreias foram signatárias de uma declaração conjunta de desnuclearização. Entretanto a Coreia do Norte a partir de então não colaborou plenamente com as inspeções realizadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), agência que observou que as informações fornecidas pelo país não correspondiam à realidade, dessa forma desrespeitando suas obrigações segundo o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Os EUA responderam com uma diplomacia de punição, exigindo que a Coreia do Norte cumprisse com o TNP como uma condição para negociações diplomáticas, além de sanções e ameaças de ataques aéreos (SIGAL, 2002).

Neste momento os Estados Unidos a princípio se recusaram a ter um diálogo pacífico para negociar com os norte-coreanos. Em 1993 finalmente aceitaram essa abordagem, sendo que apenas no ano seguinte propostas concretas foram apresentadas em troca da desnuclearização, promessas essas que muitas vezes não podiam ser cumpridas por falta de colaboração de outras partes envolvidas, como a Coreia do Sul ou a AIEA (SIGAL, 2002).

O ano de 1994 foi marcado pelo falecimento do até então líder norte-coreano Kim Il-Sung. Seu filho, Kim Jong-Il passou a ser o governante, dando continuidade no processo de negociação com Washington. Em outubro foi assinado o *Agreed Framework*, acordo bilateral no qual Pyongyang se dispõe a dismantelar suas instalações nucleares e interromper seu programa nuclear gradualmente, e permitir novamente que a AIEA realize inspeções em suas instalações nucleares. Em troca, os EUA oferecem um consórcio com a finalidade de financiar a construção de dois reatores de água leve (um tipo de reator nuclear, neste caso para fins energéticos) e carregamentos de petróleo (GRZELCZYK, 2006).

A relação da Coreia do Norte com o ocidente continuou turbulenta devido aos seus investimentos no desenvolvimento de mísseis, à realização de comércio favorecendo que o mesmo fosse realizado em outros países, e à momentos tensos de desentendimentos políticos referentes à outras questões; em resposta os Estados Unidos seguiram em sua tentativa de reduzir esse quadro e pedir pela maior colaboração a partir da imposição de sanções ao país e simultânea tentativa de negociações (GRZELCZYK, 2006).

No início da década de 2000 o relacionamento seguiu difícil, sendo marcado por provocações, como quando após o ataque às torres gêmeas em setembro de 2001, os Estados Unidos declararam que a Coreia do Norte, juntamente com o Irã e o Iraque formavam o “Eixo do Mal” por apoiar a proliferação de armas de destruição em massa. Por outro lado, Pyongyang conseguiu estabelecer diálogo e negociação com outros países como a Rússia e a Coreia do Sul (GRZELCZYK, 2006).

Em 2002, os dois países abriram mão do *Agreed Framework*, no qual ambos investiam desde 1994. Para completar o rompimento das responsabilidades de desnuclearização, em janeiro de 2003 a Coreia do Norte assume ter continuado clandestinamente a investir em enriquecimento de urânio, e renuncia efetivamente o TNP, suspendendo também os acordos de inspeção que possuía com a AIEA, e as moratórias ao desenvolvimento de mísseis. Em suma, o país se desvinculou de todas as tentativas de desnuclearização com a qual havia previamente concordado em participar (POLLACK, 2003; TOMÉ, 2004).

Nesse momento Pyongyang se impôs, ameaçando responder à qualquer avanço contra suas instalações nucleares por parte do Japão, da Coreia do Sul, e dos Estados Unidos, com ataques nucleares. Também foram realizadas demonstrações de poder e ataques preventivos à movimentações militares na região (TOMÉ, 2004). Uma preocupação que tomou os outros países é de que como o programa nuclear foi mantido secreto por muitos anos, não há dados e informações precisas das capacidades norte-coreanas, apenas estimativas. Segundo as estimativas da CIA, o país possuía capacidade para produzir no mínimo uma bomba nuclear (POLLACK, 2003).

Quanto às tentativas de negociações, Pyongyang fez uma série de exigências para sua participação na reunião do *Six Party Talk*, grupo que seria composto pelas Coreias, China, Estados Unidos, Japão e Rússia, que tinha como agenda debater de forma pacífica as implicações do programa nuclear norte-coreano. Dentre as exigências, a continuação da construção dos dois reatores de água leve e os carregamentos de petróleo que eram previstos pelo *Agreed Framework*, suspensão das sanções econômicas, retomada do auxílio com alimentos que haviam cessado, além de compensações monetárias. Os EUA, principalmente, negaram as concessões, e não houve acordo (NIKSCH, 2005; GRZELCZYK, 2006).

No ano de 2006, a Coreia do Norte realizou uma série de testes com seus mísseis, sendo que um dos mísseis teria capacidade para alcançar o território dos EUA. No mesmo ano conduziu seu primeiro teste nuclear, sendo o nono país a ter status de nuclear. O teste foi comprovado internacionalmente pela atividade sísmica observada (GIBBONS & RINGDAL,

2012; ASGHAR, 2017). A Coreia apresentou esse teste como uma resposta às sanções e à agressividade dos EUA, em uma demonstração de poder. Além disso, declarou que a pressão imposta ao regime, como sanções, seria considerada como um ato de guerra (CHANLETT-AVERY & SQUASSONI, 2006).

Após esse marco, a história entre os dois países é marcada por muitas tentativas de diálogo e negociações. Em 2007, o *Six Party Talk* chegou a um acordo de que a Coreia do Norte tornaria público os dados relativos ao seu programa nuclear, e em troca receberia 900 mil toneladas de combustível, e seria retirada da lista de patrocinadores do terrorismo dos EUA. Além disso, o país também deveria encerrar as atividades de algumas instalações nucleares. No ano seguinte os EUA encerram a sanção que impedia que enviassem auxílios para fins não humanitários para países nucleares, para poder cumprir com sua parte da negociação (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2018).

Na prática esse acordo foi cenário de tensões, pois a princípio nenhuma das partes cumpriu com os prazos estabelecidos, havendo demonstrações de poder militar por parte da Coreia do Norte após o prazo dado aos EUA para retirar o país da lista de financiadores do terrorismo ter expirado sem que fosse cumprido, em setembro. No mês seguinte os EUA cumpriram com sua parte do acordo em resposta a cooperação e boa relação que estava caracterizando as negociações da desnuclearização do país (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2018).

No ano de 2009 as demonstrações de poder continuaram, e Pyongyang realizou mais um teste de míssil, e como resposta o Conselho de Segurança (CSNU) emitiu uma declaração em repúdio ao teste, argumentando que este foi contra a resolução 1718 (emitida após o primeiro teste nuclear norte-coreano, reafirmando que a proliferação de armas nucleares impõem uma ameaça à paz e segurança internacional) e que o país deve ser punido conforme o documento prevê (CSNU, 2006). Em resposta a atitude do CSNU, a Coreia do Norte se retira do *Six Party Talk*, renunciando os acordos feitos neste âmbito, causando grande tensão marcada por novas sanções.

O Conselho de Segurança da ONU se pronunciou diversas vezes no tocante ao programa nuclear norte-coreano. Foram emitidas resoluções após cada um dos testes nucleares realizados, como demonstrado no quadro 1. Com isso, podemos perceber também a pouca importância que o governo norte-coreano dá a tais apelos da ONU, já que praticamente todas as resoluções foram descumpridas pelo país.

Quadro 1 - Testes nucleares e as respectivas resoluções do CSNU

Testes nucleares	Resoluções do Conselho de Segurança
2006	Resolução 1718
2009	Resolução 1974
2013	Resolução 2094
2016	Resolução 2270
2016	Resolução 2321
2017	Resolução 2375

Fonte: elaborado pela autora.

Em maio de 2009 é anunciado que o segundo teste nuclear norte-coreano foi realizado, como uma medida de fins dissuasivos e de autodefesa. Novamente o teste foi comprovado por atividades sísmicas. Não houve aviso prévio de que este seria realizado, ou quando e onde seria realizado, surpreendendo a comunidade internacional (WEN & LONG, 2010).

O CSNU novamente se pronunciou contra as ações norte-coreanas, pedindo uma nova reunião para alcançar uma resolução relativa ao teste, que decidiu por impor sanções com o objetivo de prevenir a proliferação por parte do país, assim como o comércio de recursos que auxiliam na proliferação de outros países (CSNU, 2009).

As resoluções do Conselho de Segurança têm pouco efeito sobre as ações da Coreia do Norte, que continua investindo em tecnologias e proliferação. Em novembro de 2010 é constatado que o país possui uma centrífuga para enriquecimento de urânio, e está construindo um reator de água leve. No mesmo mês um ataque à uma ilha sul-coreana que está localizada em águas disputadas, ferindo cerca de 22 pessoas, incluindo dois civis, é realizado. Vivendo um cenário de crise, o relacionamento dos norte-coreanos com seus vizinhos é sempre marcado por disputas e reações exageradas (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2018).

Em 2013, novamente o CSNU se pronuncia contra as atitudes norte-coreanas, que feriram as resoluções 1718 e 1874 supracitadas ao realizar o lançamento de um satélite, chegando à resolução 2087, que reforça as sanções que já estavam sendo aplicadas ao país (CSNU, 2013). Em resposta, é anunciada a intenção de realizar um novo teste nuclear, intenção essa que é colocada em prática em fevereiro de 2013, no terceiro teste nuclear norte-

coreano. O Conselho de Segurança passa mais uma resolução (resolução 2094), reforçando mais uma vez as sanções (CSNU, 2013).

Em 2015 após trocas de ameaças e desacordos diplomáticos, os EUA reforçaram suas sanções sobre a Coreia do Norte, que por sua vez continuou realizando testes de mísseis durante o ano. Não diferente, no ano seguinte foram realizados mais de 20 destes no ano de 2016, sempre recebendo críticas por parte da ONU e pelos países que se esforçam para alcançar a desnuclearização norte-coreana (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2016).

O quarto teste nuclear de Pyongyang foi realizado em janeiro de 2016, e o quinto em setembro do mesmo ano. O Conselho de Segurança emitiu mais duas resoluções em resposta aos testes, reforçando sua preocupação com a segurança internacional, as sanções impostas, e o desejo de desnuclearização norte-coreana. O CSNU também demonstrou sua preocupação com a população norte-coreana, já que esta sofre com as punições impostas pelo conselho (CSNU, 2016a; CSNU, 2016b).

Mesmo com os esforços da comunidade internacional, o governo norte-coreano não cedeu, e não recuou em seu programa nuclear, declarando pública e frequentemente relatos dos desenvolvimentos tecnológicos alcançados no âmbito do programa. O governo assertou que ao realizar esses desenvolvimentos, está investindo na sua defesa e dissuasão, e que continuará a aumentar seu poder tanto quantitativamente quanto qualitativamente (AIEA, 2016).

Em novembro de 2016 Donald Trump foi eleito o novo presidente dos EUA. Desde sua posse em janeiro de 2017, a situação se agravou. Kim Jong-un seguiu realizando testes de mísseis, além de mais demonstrações de poderio bélico. Enquanto isso, em abril, alguns meses após assumir a presidência, Trump se posiciona juntamente com a China em esforços para a desnuclearização norte-coreana, e reforçando as sanções ao país (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2018). O CSNU emitiu em 2017 a resolução de número 2371, referente às atividades norte-coreanas, após o teste de um míssil balístico intercontinental, embargando o comércio de recursos como metais (CSNU, 2017).

O líder estadunidense e o líder norte-coreano discutiram e trocaram ameaças ao longo do ano de 2017, sendo que desde a posse de Trump, as contas do presidente nas redes sociais vem dizendo muito sobre o posicionamento do país, já que Trump publicou uma série de ameaças e comentários sobre seu adversário, que foram tão seriamente consideradas pelo governo norte-coreano quanto as declarações oficiais.

Em resposta ao discurso realizado pelo Ministro de Relações Exteriores da Coreia do Norte, Ri Yong Ho, na Assembleia Geral da ONU, no qual Ri insultou pessoalmente o

presidente norte-americano, Trump publicou online que se as palavras do Ministro refletissem o que Kim Jong-un pensa, a Coreia do Norte “não estará entre nós por muito mais tempo” (TRUMP, 2017). A declaração do presidente norte-americano foi interpretada pelos norte-coreanos como uma declaração de guerra. A secretária de imprensa e porta-voz da Casa Branca, Sarah Sanders, negou oficialmente tal declaração (WHITE HOUSE, 2017). Kim Jong-un responde às ameaças e sanções com mais ameaças e testes nucleares.

O sexto teste realizado por Pyongyang, em setembro de 2017, provocou um tremor sísmico de magnitude 6,3, sendo cerca de 10 a 15 vezes mais poderoso do que os testes anteriores. O objetivo norte-coreano de demonstrar força foi, então, bem-sucedido, fazendo com que as tensões aumentassem mais ainda, já que os resultados deste teste indicam que o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano estava sendo realizado a um ritmo acelerado (ASGHAR, 2017).

Em resposta ao último teste nuclear, o CSNU se reuniu novamente, publicando a resolução 2375, na qual relembra todas as resoluções que foram publicadas tangenciando o assunto anteriormente e que estavam sendo descumpridas pela Coreia do Norte, enfatiza o perigo internacional que a proliferação nuclear representa, e reforça as sanções que já são aplicadas há anos (CSNU, 2017). Com a continuação das tensões, o país voltou a fazer parte da lista americana de países financiadores do terrorismo, classificação que havia sido retirada em 2008 (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2018).

Estudo teórico

Para trazer embasamento teórico ao trabalho aqui proposto, primeiramente revisaremos a literatura realista de Relações Internacionais, em especial o que trata sobre dissuasão e proliferação nuclear. Essas são noções que nos ajudarão a entender melhor o caso dos Estados Unidos da América e da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), possibilitando o tracejamento de expectativas acerca de um potencial conflito.

Segundo a teoria realista de Relações Internacionais, o Sistema Internacional é caracterizado por um princípio ordenador anárquico, no qual estão inseridas os atores. A anarquia não remete à caos, mas quer dizer que os Estados são entidades soberanas. Assim, os Estados são os principais atores, que por sua vez são unitários e racionais, têm como objetivo final a maximização de benefícios e a sobrevivência, e definem seus interesses em termos de poder, portanto possuem interesses por natureza conflituosos entre si. Essas características fazem com que o Sistema tenha uma dinâmica de autoajuda, ou seja, cada um

é responsável pela sua própria proteção (WALTZ, 1988; MEARSHEIMER, 2002; MORGENTHAU, 2003).

Na ausência de uma entidade superior às outras, os Estados se mantêm naturalmente no que Waltz conceitua como “balança de poder”, na qual os poderes são distribuídos de forma sistêmica e equilibrada entre os países, evitando que um único ator obtenha muito poder, desenvolvendo hegemonia de forma a ameaçar a existência do restante (WALTZ, 1988).

Dessa forma, os Estados investem internamente em fortalecimento militar e/ou externamente na formação de alianças com outros Estados. Isto acaba por gerar dilemas de segurança, que acontecem quando um país investe em armamento para sua defesa, mas seu vizinho se sente ameaçado e faz o mesmo investimento, e isso resulta em um cenário competitivo, onde cada país quer ter mais armamento do que o outro para se sentir seguro (WALTZ, 1988).

O dilema de segurança culmina em uma relação calcada no medo, incerteza e desconfiança, causando crises (WALTZ, 1988), que podem escalar até se tornarem guerras, que são consequências de um processo dinâmico, no qual os atores vão se envolvendo com cada vez mais intensidade e expectativa, e com a preocupação/intenção de não ser o segundo a atacar, caso a guerra realmente aconteça (SCHELLING, 2008). Assim, conclui-se que a guerra acontece, essencialmente, para manter o objetivo final de sobrevivência e segurança dos Estados, indo de acordo então, com Clausewits (1993), que assera que a guerra é um instrumento da política, ou a continuação desta por outros meios.

Nuno Monteiro e Alexandre Debs se propõem a abordar no artigo A Lógica Estratégica da Proliferação Nuclear, de 2014, as razões ou incentivos que um país possui para proliferar seus recursos nucleares. Essa discussão é importante, pois permite entender o comportamento norte-coreano nos últimos 11 anos, seus incentivos para o início de seu programa nuclear e a subsequente proliferação, além de tentar entender o interesse dos Estados Unidos na questão (MONTEIRO & DEBS, 2014).

Para entender o porquê das nações investirem na proliferação, os autores sugerem “caracterizar o grau de atração das armas nucleares ao possível proliferador, a credibilidade das ameaças de guerra preventiva do adversário, e a efetividade das garantias de proteção ou das ameaças de abandono de um aliado forte” (MONTEIRO e DEBS, 2014, p. 12). Aqui, a questão principal é que detenção de armamentos nucleares possibilitam ao país ser mais independente de seus aliados, e garantir maior segurança frente a seus adversários. O que deve ser estudado e avaliado no caso a ser abordado é em qual grau o governo tem interesse

ou necessidade de ser mais independente ou aumentar sua segurança (MONTEIRO & DEBS, 2014).

Ao observar um adversário optando pela nuclearização, um país tende a calcular que sua segurança está sendo ameaçada, e empregar esforços para evitar que o processo da proliferação seja levado a cabo, usando de medidas de contra-proliferação, que podem ir de embargos até guerras preventivas. Ademais, os aliados de quem deseja proliferar podem compartilhar do objetivo de frear esse processo, porque ao adquirir armas nucleares, além de se tornar mais independente de aliados, seu parceiro pode causar um desequilíbrio na balança de poder regional (MONTEIRO & DEBS, 2014).

Como ferramenta para evitar que o programa nuclear seja desenvolvido e mantido por país, o adversário usaria de ameaças de guerra preventiva, já que para os autores medidas como sanções e inspeções não tem tanta efetividade sozinhos, mas dependem da credibilidade que a ameaça tem. O aliado ou se comprometeria e daria garantias de que pode sim o proteger, ou ameaçaria o abandonar (*sticks and carrots*). Isso reforça o argumento de que para manter um programa nuclear, os retornos que um país terá deve ser muito alto para valer a pena (MONTEIRO & DEBS, 2014).

Para analisar se está em um cenário favorável para a proliferação, os autores Monteiro e Debs (2014) propõem que o potencial proliferador deve analisar as variáveis independentes, que são a intensidade da ameaça existente à sua segurança, seu poder relativo no sistema internacional em termos militares, o custo de um programa nuclear, além de quanto pode se confiar da defesa por parte de algum aliado. Quanto à variável dependente, definem como o status nuclear do país (MONTEIRO & DEBS, 2014).

O que relaciona as variáveis independentes e dependentes são duas variáveis intervenientes (variáveis que afetam o resultado mas não podem ser controladas): o benefício que a proliferação traz para a segurança, e o custo de uma guerra preventiva (MONTEIRO & DEBS, 2014). Na seção destinada para a análise proposta, este modelo e suas variáveis serão aplicadas para embasar o entendimento das ações norte-coreanas, principalmente o que tange o incentivo para seu programa nuclear e a persistência nele apesar de todas as tentativas contra proliferação de outros países.

Como vimos, em situações de dilemas de segurança, os atores têm foco na sua segurança e em estratégias de defesa. Para tanto, recorrentemente fazem uso da dissuasão. O conceito de dissuasão retrata, de maneira geral, o impedimento de uma ação agressiva de outro país, usando de ameaças com o objetivo de convencer seu inimigo a não iniciar determinado curso de ação (HUTH, 1999).

Para fins de classificação, a dissuasão pode ser direta ou estendida. A dissuasão direta é usada para impedir um ataque armado contra o próprio território, enquanto a dissuasão estendida é usada para impedir um ataque no território de um aliado. Também pode ser classificada entre imediata e geral, sendo que a primeira é adotada em resposta à uma ameaça iminente e de curto prazo, enquanto a segunda esta é adotada para impedir que crises já existentes se intensifiquem ocasionando um ataque. Essas classificações podem ser combinadas (HUTH, 1999).

Além disso, a dissuasão pode ser punitiva, em que a ameaça deve ser convincente a partir da demonstração dos custos e perdas que o oponente sofreria caso escolhesse ir adiante com a ação, devido ao poderio e disposição que o país possui para punir severamente quem o atacou. Dessa forma, entende-se que a dissuasão punitiva não é capaz de defender um país, pois se resume à punições posteriores ao ataque. Em contraste, a dissuasão pode ser defensiva, que consiste na demonstração dos custos e perdas a partir da impossibilidade do oponente de completar seu ataque, pois encontrará grande resistência e proteção (HUTH, 1999; SCHELLING, 2008; WALTZ, 1981).

Apesar de ser necessário convencer o oponente de que suas próprias forças são o suficiente para o punir ou se defender, a ideia chave é de que a dissuasão, se bem-sucedida, irá fazer com que não haja a necessidade de realmente empregar essa força (ARIE, 2016). Para isso, a ameaça de dissuasão deve ter credibilidade, que é estabelecida dependendo da reputação do Estado, além de sua capacidade militar de impor custos ao oponente, e a expectativa de cumprir as ameaças (HUTH, 1999; SCHELLING, 2008). Mais especificamente quem é ameaçado deve acreditar de que seu oponente vai cumprir a promessa, e não que há apenas a possibilidade de agir, caso a ameaça falhe, para este não assumir que é apenas um blefe (SCHELLING, 2011; SCHOLZ, 2014).

Após a Guerra Fria, quando aconteceu a corrida nuclear entre os EUA e a URSS, outros países também investiram em seus programas nucleares. Em um cenário internacional em que oito Estados são detentores declarados de armamentos atômicos, observa-se um efeito pacificador de tais, por causa de seu efeito dissuasório (especificamente, dissuasão nuclear), que será discutido em seguida. A dissuasão nuclear é sempre punitiva, pois as armas nucleares não têm a capacidade de defender um ataque de seu oponente, apenas de retaliar.

A dissuasão nuclear será o enfoque deste trabalho, por se tratar de uma análise que envolve dois países detentores de tais armamentos. Portanto, o termo “dissuasão” a partir de então sempre estará se referindo à ameaças nucleares, salvo casos em que seja especificado o uso distinto.

Clausewitz (1993) define a guerra como um meio que pode ser utilizado para conseguir com que seu oponente realize sua vontade. Com a ameaça de ataques nucleares, conseguir isso é mais fácil do que em um cenário convencional, pois o poder de ferir que uma ameaça tem é intensificado. Ao ameaçar algo que tem grande importância para seu adversário (como sua segurança), um país está usando da coerção para alcançar seu objetivo. Dessa forma, mesmo um país que não tem a habilidade ou a capacidade necessária para ganhar a guerra pode enfrentar um país mais forte para se defender ou exigir algum interesse (SCHELLING, 2008; JORDAN, 2015).

O poder de ferir também está relacionado ao compromisso. Para que seu adversário acredite na ameaça coercitiva, além de ter credibilidade, é importante deixar claro que se sua vontade for cumprida, a ameaça de sofrimento não será colocada em prática. Se não, não há incentivo para a colaboração (SCHELLING, 2008; JORDAN, 2015).

A ideia de que o maior potencial atômico pode desincentivar uma guerra se baseia em argumentos que resumem a dissuasão. Como supracitado, para decidir tomar um curso de ação, um país antes calcula seus benefícios e seus custos, e não está disposto a correr um grande risco por um ganho que não seja significativo. Conflitos nucleares podem se acentuar a partir de uso de armas cada vez mais potentes pelos países inimigos, e como isso não é interessante para nenhuma das partes, pois ambas podem sair do conflito significativamente destruídas, a tendência é de que todos recuem (WALTZ, 1981).

Dessa forma, conclui-se que um conflito nuclear é possível, mas que é um preço muito alto a se pagar pela vitória. Então ao analisar se deve se envolver em um conflito ou não, os Estados terão muito pouco incentivo para o fazerem, afinal o resultado seria ou um ganho pequeno, ou um prejuízo completo. Isso reflete o argumento de que ao adquirir armamentos nucleares, os países passam a ser muito mais cautelosos do que eram antes (WALTZ, 1981).

Tratando da possibilidade de que uma guerra nuclear chegue a existir, a dissuasão tem o papel de reduzir as proporções desse conflito. Se as tensões nucleares entre dois países resultarem em guerra, significa que o atacado tem o poderio para punir quem o atacou. Ao punir seu adversário, uma nova ameaça será feita, de que a próxima punição pode ser mais destruidora do que a já executada. Esse raciocínio serve para todos os envolvidos, levando à consequente de-escalção (SCHELLING, 2008; WALTZ, 1981).

É importante entender a diferença entre a dissuasão e a estratégia de dissuasão na guerra. Enquanto o primeiro conceito remete a um cenário prévio ao possível conflito, o qual tem a tendência de evitar, a segunda expressão remete a um cenário no qual a guerra está

ocorrendo, e que a estratégia de guerra que os países adotam segue a lógica da dissuasão, usando da ameaça que seu poderio exerce para tentar dar fim ou minimizar o conflito.

Ademais, o conflito é desincentivado porque quem vai realizar o ataque está naturalmente menos determinado do que quem está em posição de defesa do seu próprio território e população. Sabendo disso, quem ataca é obstado, pois sabe que a retaliação será potente (WALTZ, 1981).

Também é argumentado que em um mundo nuclear, é possível fazer previsões e cálculos militares com erros menos significativos, ou seja, com maior certeza e precisão. Isso porque tais cálculos são feitos em magnitudes maiores, considerando que os danos são de grande escala. Por essa razão serão analisadas quantas cidades podem ser destruídas, por exemplo. Nesse caso a dissuasão remete à ameaças de extinção, indo além da ameaça de derrota militar como seria em um conflito convencional. Esse fator também tem o papel de melhorar as chances da paz ser mantida, porque se escolher entrar em uma guerra não convencional, os países já estão cientes do sofrimento pelo qual passarão e submeterão seus cidadãos (SCHELLING, 2008; WALTZ, 1981).

Expectativas/Análise

A proposta principal deste artigo é analisar se as tensões entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos se desdobrarão em uma guerra nuclear. Para tanto, analisaremos o comportamento de ambos os países até 2017 a partir da literatura realista já estudada, observando então quais são as tendências de curto prazo.

Os Estados Unidos possuem, atualmente, um arsenal nuclear composto por cerca de 3.800 ogivas estocadas, enquanto a Coreia do Norte possui 15 destas. Do total de ogivas norte-americanas, pouco mais que 2.500 estão esperando para serem desmanteladas, enquanto a tendência norte-coreana é de continuar proliferando (KRISTENSEN & NORRIS, 2018).

É de nosso conhecimento que os Estados Unidos desenvolveram grande parte de suas ogivas em um cenário de corrida nuclear na Guerra Fria e, como são signatários do TNP, defendem a não proliferação. Nos falta, então, entender as motivações para o início do programa nuclear norte-coreano, além da persistência apesar de todos os esforços da comunidade internacional contra tal.

Recorrendo, então, às variáveis apresentadas por Monteiro e Debs (2014) para a aplicação no caso da Coreia do Norte, podemos observar que a variável independente de

intensidade da ameaça existente à sua segurança é influenciada grandemente pela aliança existente entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, que permite a presença militar (incluindo de armamentos nucleares) americana na península, além do apoio norte-americano ao programa nuclear energético sul-coreano (MONTEIRO & DEBS, 2014).

Quando se considera a rivalidade existente na península, reforçada pela Guerra da Coreia³, faz-se entender a magnitude da ameaça que o apoio de uma potência como os Estados Unidos à Coreia do Sul apresenta para a Coreia do Norte. Além de poder ser interpretada como uma forma de ameaçá-la mais incisivamente ao se impor com tamanha proximidade geográfica, ameaça uma desestabilização no balanço de poder da península de forma prejudicial para a Coreia do Norte.

Ademais, os Estados Unidos lutam declaradamente a favor da disseminação da democracia pelo globo, e têm um histórico grande de interferência em regimes ditatoriais, o que também impõe uma ameaça para a segurança e estabilidade do governo norte-coreano. Para além da discordância relacionada ao regime político, a rivalidade entre os países coreanos e entre Pyongyang e Washington é influenciada historicamente com base em modelos econômicos.

Ao analisar a variável referente ao poder relativo no sistema internacional em termos militares, deve-se considerar que o seu maior adversário — os EUA — é uma potência nuclear (em escala colossalmente maior do que a maioria dos outros países detentores de armamentos nucleares), e que este país tem a colaboração de outras potências nucleares. Relativamente, a Coreia do Norte não possuía grande poder em termos militares (antes da nuclearização), e mesmo se tivesse, não seriam suficientes para enfrentar uma potência não-convencional.

O custo de um programa nuclear é muito alto, principalmente no caso da Coreia do Norte que tem um relacionamento mais isolado no sistema internacional, e sofre de problemas graves disseminados na população, como a fome. O fato de se isolar mais do sistema internacional também influencia nessa variável, já que o comércio e acesso às informações técnicas não fluem tão bem quanto em países que se inserem mais no plano internacional, podendo dificultar o desenvolvimento de uma tecnologia avançada como demanda um programa nuclear.

³ Motivada pela discordância em função das fronteiras da península, na qual a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, que por sua vez teve auxílio das tropas da ONU, que eram majoritariamente compostas por soldados e forças norte-americanas. Os norte-coreanos foram forçados a recuar, sem que isso significasse o fim da guerra. A rivalidade e atrito entre os países se mantém até o presente, bem como o apoio russo e chinês aos norte-coreanos, e norte-americano aos sul-coreanos (CUMINGS, 2010).

Esse fator também influencia a variável referente à confiança em algum aliado para garantir sua segurança. Apesar de se isolar em certa medida, a Coreia do Norte tem aliados poderosos, como a China e a Rússia. Entretanto, esses países também são signatários do TNP, são engajados em mecanismos a favor da não proliferação, e assumem grandes responsabilidades no cenário mundial, inclusive no tocante à manutenção da balança de poder (mundial e regional).

Neste caso, a Coreia do Norte estaria dependendo de uma dissuasão estendida por parte destes países. Pelas razões supracitadas, a credibilidade de que em caso de maior ameaça, esses países se mobilizariam a favor da Coreia não é sólida o suficiente para deixar Pyongyang despreocupada.

Após observar cada uma dessas análises, percebe-se que apenas a variável referente ao custo do programa nuclear não é favorável para a proliferação, mas o país se considera sob ameaça de segurança, tem um poder relativo pequeno, e não consegue confiar completamente na defesa de um aliado. Isso faz com que o grau de atração das armas nucleares seja grande, e o alto custo da proliferação não seja prejudicial suficientemente para fazer com que o país opte por não fazê-lo.

Voltando a análise para as variáveis intervenientes, que relacionam as independentes e dependentes, devemos observar o benefício que a proliferação traz para a segurança da Coreia do Norte. Retomando todas as considerações que foram feitas acerca da dissuasão nuclear, podemos concluir que a proliferação colabora, sim, para a segurança do país. Mesmo com um programa nuclear recente, a posse de tais armamentos estabelece uma ameaça para os potenciais adversários, que será muito mais efetiva do que a defesa convencional com a qual os norte-coreanos contam.

Além disso, há a variável do custo de uma guerra preventiva para ambas as partes envolvidas. Novamente, os Estados Unidos são uma potência em muitos sentidos, incluindo nuclear, e conta com um posicionamento estratégico favorável no território sul-coreano. A Coreia do Norte poderia ser muito prejudicada caso esse adversário investisse em um ataque.

Por outro lado, a Coreia do Norte conta com aliados que têm grande potencial militar e nuclear, portanto, conta com um efeito de dissuasão estendida, que ameaça grandemente seu adversário. Caso a dissuasão não fosse bem-sucedida, uma guerra preventiva poderia ser muito destrutiva, e não só para os dois países, mas para seus aliados.

O benefício que a proliferação pode trazer para a segurança de um país torna esta muito atraente, obviamente. O custo de uma guerra preventiva tem o efeito contrário,

desestimulando à proliferação, porém, em função do alto custo, essa guerra é improvável no cenário internacional. Portanto, pode ser que os benefícios compensem esse risco.

No caso da Coreia do Norte, infere-se que os riscos de uma guerra preventiva podem ter sido uma das razões que motivaram o sigilo em torno do programa nuclear durante quase dez anos na fase inicial de desenvolvimento, evitando que os adversários intervissem antes de um potencial dissuasivo ser alcançado. Isso explica porque, depois de tantos esforços para manter tais informações fora do acesso do mundo, foi divulgado tão incisivamente seu poderio (algumas vezes até com maquetes de armamentos que não possuíam na realidade) a partir de discursos e testes nucleares.

Sendo assim, podemos entender a lógica usada para a tomada de decisão de iniciar e manter um programa nuclear. Colocando em uma balança, os pontos favoráveis são mais significantes para a segurança e sobrevivência (principalmente do *status quo*) para os norte-coreanos, do que os pontos desfavoráveis, que são o custo do programa, e o custo de uma guerra preventiva, fazendo com que estejam dispostos a enfrentá-los.

Com o resultado deste cálculo entre custo e benefício, o país investiu com muito empenho e por muitos anos no desenvolvimento nuclear, realizando em 2006 seu primeiro teste atômico como forma de construir credibilidade para com o mundo, mostrando que suas declarações de status nuclear não eram blefes, e demonstrando poder para seus oponentes como forma de exercer o potencial dissuasivo de seus armamentos. O teste foi confirmado internacionalmente a partir de informações da movimentação sísmica, e a Coreia do Norte adquiriu então o status nuclear.

A Coreia do Norte também considerou que os benefícios fossem compensar confrontar tanto seus adversários quanto seus aliados, já que ambos usam de mecanismos contra proliferação para tentar impedir o desenvolvimento nuclear do país. Os oponentes adotam tais medidas devido à ameaça a sua segurança que a proliferação norte-coreana apresenta, por razões lógicas. Já os aliados o fazem para evitar que o país se torne mais independente, desequilibrando a balança de poder.

Os aliados norte-coreanos, inclusive, agem de forma conjunta com o seu maior adversário e o restante da comunidade internacional sob o âmbito de organizações internacionais. Isso pode ser observado através de todas as Resoluções sobre o programa nuclear da Coreia do Norte, emitidos pelo Conselho de Segurança da ONU, na tentativa de evitar que o país continue proliferando e alcance maiores efeitos desses indesejados pelos aliados e oponentes.

Após todo e cada teste nuclear e de mísseis balísticos realizados pela Coreia do Norte, a resposta dos Estados Unidos foi usar de ferramentas de contra proliferação que não são muito radicais, como embargos e sanções. Foram realizadas, também, diversas tentativas de diálogo e negociação diplomática, que até chegaram a alcançar acordos, mas a Coreia eventualmente volta a se sentir ameaçada e reforça novamente seu programa.

Como vimos, tanto na teoria quanto na história, essas medidas não têm alta efetividade, principalmente porque segundo a análise norte-coreana, os custos impostos não superam os benefícios que a posse de armas atômicas traz para o país. O custo que a população mais sente, que é a fome, por exemplo, é remediado por auxílios humanitários de diversos países, amenizando a dificuldade.

As sanções econômicas e comerciais impostas ao país também não tem o impacto desejado, pois a Coreia do Norte não respeita completamente as regras que os outros países propõem, afinal está inserida em um sistema internacional anárquico, onde não existe instituição supraestatal para dar ordens ou punir. O país exerce sua soberania e realiza, sim, comércio de armamentos e recursos com os países que estão dispostos. Então, também consegue amenizar essa pressão internacional e manter o programa nuclear favorável para sua segurança.

Segundo as classificações apresentadas por Huth (1999) para a dissuasão, notamos que ao realizar seu processo de nuclearização, a Coreia do Norte sai de uma situação de dependência da dissuasão estendida oferecida por seus aliados, e passa a oferecer uma dissuasão direta aos seus inimigos. Então pode-se dizer que hoje o país conta com uma dissuasão direta-geral, já que está sendo adotada para evitar que uma crise se intensifique e resulte em uma guerra.

Tanto os Estados Unidos quanto a Coreia do Norte têm credibilidade em suas ameaças. O primeiro tem um histórico de se envolver em grandes conflitos com grande êxito, e o segundo tem um governo mais instável, com um perfil radical, que reage de forma exagerada à algumas ações de seus vizinhos. Portanto, ao emitirem ameaças, ambos conseguem causar um efeito de temor no mundo de que suas promessas serão colocadas em prática.

Antes de obter o status nuclear, a Coreia do Norte não teria potencial militar suficiente para enfrentar um país como os Estados Unidos, por ser um país muito menor, com menores recursos e apoio internacional. Ao adquirir bombas nucleares, o país passa a ter um poder de ferir muito grande, que ameaça grandemente pontos muito importantes para qualquer outro país, como a sua segurança, a vida de sua população.

Nesse caso, o objetivo maior dos Estados Unidos é a desnuclearização de seu adversário, e se a Coreia do Norte não cumpre com a vontade norte-americana, aumentando seu potencial nuclear, é reforçado seu potencial de retaliar os EUA, caso estes realizem um ataque em resposta ao não cumprimento de suas condições. Isso vai de acordo com a ideia de que o potencial atômico desincentiva a guerra (WALTZ, 1981).

Com um arsenal nuclear gigantesco, os Estados Unidos provocam um efeito de temor em qualquer adversário. Caso alguém decida realizar um ataque ao país, este sabe que as chances de ser atacado em retaliação são muito grandes, e que o potencial destrutivo de um ataque norte-americano é muito ameaçador para seu território, população, e poder. Dessa forma, inferimos que mesmo com todos os desacordos, a Coreia do Norte não tenha incentivos o suficiente para realizar um ataque, mesmo que a crise se agrave.

O mesmo mecanismo é válido para a Coreia, apesar de ser em menor proporção. O país tem um potencial significativamente menor do que os norte-americanos, entretanto, este ainda é o suficiente para impor uma ameaça poderosa aos seus inimigos. Além disso, há uma pressão internacional contra o uso de armas de destruição de massa, pois seu poder destrutivo não é do interesse de ninguém.

Considerando as posições de ataque e defesa, suponhamos que a Coreia do Norte esteja planejando um ataque contra os Estados Unidos. Infere-se que ao sofrer um ataque, os Estados Unidos usarão de seu grande arsenal nuclear para realizar um contra-ataque mais potente do que o ataque que sofreu. Calculando isso, a Coreia do Norte é desincentivada a atacar. O mesmo é válido para um cenário contrário, ou seja, no caso dos Estados Unidos considerarem um ataque à Coreia do Norte, seria desincentivado pelo potencial do contra-ataque.

Assim, podemos dizer que a possibilidade de que uma guerra nuclear entre os dois países ecloda é mínima. Na chance ínfima de que isso ocorra, a estratégia de dissuasão na guerra faria com que o conflito seguisse uma tendência de diminuir, e não acentuar.

Conclusão

Como explicitado anteriormente, o presente artigo foi elaborado com a finalidade de analisar a crise entre dois países detentores de armamentos nucleares à luz da teoria realista de Relações Internacionais, e tentar traçar uma expectativa referente as possibilidades da ocorrência de uma guerra. Com foco nos estudos sobre a proliferação nuclear e o conceito de

dissuasão, a análise proposta busca fundamentar porque é admitido que não há grande preocupação de que uma guerra pode acontecer.

É possível entender a partir da análise realizada que as principais razões que motivam o Estados norte-coreano a manter seu programa nuclear, apesar de todos os custos, segundo o modelo adotado, são as ameaças que foram identificadas à estabilidade do governo, assim como à segurança do país, já que não havia grande confiança em seus aliados, e havia grande credibilidade na ameaça que seus oponentes impõem.

Conclui-se, desta forma, que a crise existente advém, essencialmente, da tentativa norte-coreana de manter sua segurança, seu regime, e o amparo à sua população. Tentativa esta que, devido a um dilema de segurança, foi contraposta por ameaças e medidas contra proliferação norte-americana, além de seus aliados e de atores não estatais.

Muito embora os meios escolhidos pela Coreia do Norte (armas nucleares) para proteger o fatores prezados tenham grandíssimo potencial militar para ferir seu inimigo, e seus efeitos dissuasórios tenham, conseqüentemente, grande efetividade, seu oponente dispõe dos mesmos meios. Isso traz a ameaça de um contra-ataque estadunidense caso Pyongyang tome a iniciativa, o que se ocorresse, colocaria em risco justamente os elementos que o país deseja proteger. Ou seja, a finalidade da proliferação nuclear no caso é o exercício da dissuasão, já que esta, quando tem sucesso, faz com que não seja necessário o real emprego dessa força.

Os objetivos dos Estados Unidos vão para além de sua própria segurança, mas leva também em consideração a segurança de seus aliados, em especial da Coreia do Sul, além da estabilidade da balança de poder, prezando pelos objetivos, que são institucionalizados e alaistrados por meio de Organizações Internacionais e acordos, de que não haja mais proliferação nuclear no mundo, mas sim a desnuclearização.

As ações e cautela estadunidenses são justificadas pelas mesmas razões que o comportamento norte-coreano: caso realize um ataque nuclear, as chances de retaliação são muito grandes, o que não compensaria nenhum benefício que possa existir. É por isso que a crise se limita nela mesma, não escalando para uma guerra nuclear. E é por isso, também, que o país, juntamente com seus aliados, faz tão grande esforço para frear a proliferação nuclear norte-coreana, para evitar que esta ameaça se agrave.

Isto posto, retomo, com o objetivo de elucidar a resposta ao questionamento realizado no início do artigo, o entendimento chave que a análise nos permite alcançar: de acordo com o arcabouço teórico adotado, e com os fatos que se deram durante o recorte temporal estabelecido, assume-se que não é esperado a ocorrência de uma guerra nuclear.

Referências

- AIEA. Application of Safeguards in the Democratic People's Republic of Korea, 2016. (GOV/2016/45-GC(60)/16). Disponível em: <https://www.iaea.org/About/Policy/GC/GC60/GC60Documents/English/gc60-16_en.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.
- ARIE, Koichi. Complex Deterrence Theory and the Post-Cold War Security Environment. NIDS journal of defense and security, n. 17, p. 21-39, 2016.
- ARMS CONTROL ASSOCIATION. Chronology of U.S. - North Korean Nuclear and Missile Diplomacy. 2018. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/factsheets/dprkchron>>. Acesso em: 01 abr. 2018.
- ASGHAR, Rizwan. North Korea's Nuclear test. 2017.
- CHANLETT-AVERY, Emma; SQUASSONI, Sharon. North Korea's nuclear test: motivations, implications, and US options. 2006.
- CLAUSEWITZ, Carl von. On War, 1a. Ed. New York: Alfred A. Knopf. Livro 1. 1993.
- CUMINGS, Bruce. The Korean war: A history. Modern Library, 2010.
- GIBBONS, Steven J.; RINGDAL, Frode. Seismic monitoring of the North Korea nuclear test site using a multichannel correlation detector. IEEE transactions on geoscience and remote sensing, v. 50, n. 5, p. 1897-1909, 2012.
- GRZELCZYK, Virginie. Ten years of dealing with Kim Jong Il: can negotiations ensure conflict resolution?. 2006. Tese de Doutorado.
- HUTH, Paul K. Deterrence and international conflict: Empirical findings and theoretical debates. Annual Review of Political Science, v. 2, n. 1, p. 25-48, 1999.
- JORDAN, Richard. An Essay on Thomas Schelling's Arms and Influence. 2015.
- KRISTENSEN, Hans M. NORRIS, Robert S. Status of World Nuclear Forces. Federation of American Scientists. Disponível em: <<https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- MEARSHEIMER, John J. Realism, the real world, and the academy. Realism and institutionalism in international studies, p. 23-33, 2002.
- MONTEIRO, Nuno P.; DEBS, Alexandre. The strategic logic of nuclear proliferation. International Security, v. 39, n. 2, p. 7-51, 2014.
- MORGHENTAU, Hans J. A política entre as nações—a luta pela poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- NIKSCH, Larry A. North Korea's Nuclear Weapons Program. Library of Congress, Washington DC, 2005

POLLACK, Jonathan D. The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework. NAVAL WAR COLL NEWPORT RI, 2003.

SCHELLING, Thomas C. Arms and influence: With a new preface and afterword. Yale University Press, 2008.

SCHELLING, Thomas C. The strategy of conflict. Harvard university press, 2011.

SCHOLZ, Fernando. A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS SCHELLING PARA OS ESTUDOS DE DISSUAÇÃO NUCLEAR. Século XXI, v. 5, n. 2, p. 121-134, 2015.

SIGAL, Leon V. Nuclear Diplomacy with North Korea. Containing the Atom, p. 211-242, 2002.

TOMÉ, Luis. A posição da Coreia do Norte. JANUS 2004-O mundo e a justiça, p. 32-33, 2004.

TRUMP, D. "Just heard Foreign Minister of North Korea speak at U.N. If he echoes thoughts of Little Rocket Man, they won't be around much longer!". 24 Set 2017. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em: <<https://twitter.com/realDonaldTrump/status/911789314169823232>>. Acesso em: 24 maio 2018.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S. relations with North Korea. 2016. Disponível em: <<https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2792.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). I - Resolution 2270 (2016). Adopted by the Security Council at its 7638th meeting, on 2 March 2016, S/RES/2270 (2016). Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2016/30/aviso52.asp#eng>>. Acesso em: 24 maio 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). II - Resolution 2321 (2016). Adopted by the Security Council at its 7821st meeting, on 30 November 2016, S/RES/2321 (2016). Disponível em: <<http://images.io.gov.mo/bo/ii/2017/07/avce-06-2017-an-en.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 1718 (2006). Adopted by the Security Council at its 5551st meeting, on 14 October 2006, S/RES/1718 (2006). Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1718%20%282006%29>. Acesso em: 01 abr. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 1974 (2009). Adopted by the Security Council at its 6141st meeting, on 12 June 2009, S/RES/1874 (2009). Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1874%282009%29>. Acesso em: 01 abr. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 2087 (2013). Adopted by the Security Council at its 6904th meeting, on 22 January 2013, S/RES/2087 (2013). Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2087%282013%29>. Acesso em: 04 abr. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 2094 (2013). Adopted by the Security Council at its 6932nd meeting, on 7 March 2013, S/RES/2094 (2013). Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2013/21/aviso21.asp#2094>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 2371 (2017). Adopted by the Security Council at its 8019th meeting, on 5 August 2017, S/RES/2371 (2017). Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2371\(2017\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2371(2017))>. Acesso em: 04 abr. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 2375 (2017). Adopted by the Security Council at its 8042nd meeting, on 11 September 2017, S/RES/2375 (2017). Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2375>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

UNITED STATES MISSION TO THE UNITED NATIONS. Fact Sheet: UN Security Council Resolution 2397 on North Korea. 2017. Disponível em: <<https://usun.state.gov/remarks/8238>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

WALTZ, Kenneth N. The origins of war in neorealist theory. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 4, p. 615-628, 1988.

WALTZ, Kenneth. The Spread of Nuclear Weapons: More May Be Better. *Adelphi Paper*, v. 171, 1981.

WEN, Lianxing; LONG, Hui. High-precision location of North Korea's 2009 nuclear test. *Seismological Research Letters*, v. 81, n. 1, p. 26-29, 2010.

WHITE HOUSE. Press Briefing with Press Secretary Sarah Sanders. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=4242&v=LEZkfc_BLbQ>. Acesso em: 24 maio 2018.